

38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

27 A 31 DE OUTUBRO DE 2014 HOTEL GLÓRIA CAXAMBU | MG



GT13 Elites e espaços de poder

Coordenadores

Ernesto Seidl (UFSC)

Adriano Nervo Codato (UFPR)

1º Sessão

Dia 28/10/2014, terça-feira, das 8h30 às 12h00, sala 15 - União

Título da Sessão: Parlamentares Brasileiros em Perspectiva

“Aumentando o campo para jogar: circulação política entre Senadores brasileiros durante a Primeira República”



NÚCLEO DE
PESQUISA
EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA BRASILEIRA

Lucas Massimo¹

Luiz Domingos Costa²



Observatório das Elites
Políticas e Sociais do Brasil

Paper em andamento, não citar sem autorização por escrito dos autores

¹ Afiliação Institucional: Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR e Editor Executivo da Revista de Sociologia e Política. E-mail: lucasmassimo@gmail.com

² Afiliação Institucional: Mestre em Ciência Política pela UNICAMP, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR, editor da Revista Paraná Eleitoral e Docente no Centro Universitário Uninter.

RESUMO

O artigo analisa os padrões de carreira dos senadores brasileiros durante a Primeira República. Investigaremos se há alguma relação entre a inauguração de uma estrutura de oportunidades políticas e os padrões de recrutamento desse segmento da elite parlamentar, procurando mensurar a circulação entre as posições políticas alcançadas antes de se chegar ao cargo de senador. A pesquisa consiste na observação sistemática das biografias dos 851 titulares de mandatos senatoriais entre a 21ª legislatura (1890/1891) até a 37ª (1934/1937). Os principais resultados encontrados sugerem que a carreira política dos senadores se estendeu na mesma medida em que ela se diversificou. Isso denota um incremento da circulação política, já que com o passar dos anos os mesmos indivíduos passaram a deter cada vez mais cargos nos três níveis da federação (municipal, estadual e federal). Esses resultados podem ser interpretados como indícios de profissionalização política (dos indivíduos) ou institucionalização das bancadas (parlamentares), mas também confirmam que as principais divergências encontradas na literatura sobre o recrutamento parlamentar na segunda metade do século XX podem ser retomadas para a análise dos perfis dos senadores brasileiros na Primeira República.

Palavras-chave: Primeira República; Senadores Brasileiros; Carreira Política; Circulação Política; Estrutura federativa.

Introdução

O problema central que gostaríamos de investigar neste trabalho diz respeito à relação entre a estrutura de oportunidades políticas e os padrões de carreira de um segmento da elite parlamentar. Tal como entendida pelo conjunto de trabalhos que estudam o recrutamento legislativo no Brasil, a carreira dos representantes é um recurso privilegiado para entender a circulação política no interior dos cargos públicos e, assim, indiretamente, projetar a relação que se estabelece entre o ambiente institucional, as oportunidades e as estratégias individuais.

Estudos comparados sobre carreira política em sistemas federativos denotam que os padrões de carreira política no Brasil são bem mais abertos e heterogêneos do que aqueles encontrados nos EUA e na Alemanha (Borchert 2009). De acordo com esse autor, o Brasil oferece um grande campo para o jogo das ambições políticas, aumentando a frequência dos movimentos entre cargos (Legislativo e Executivo) e níveis de governo (municipal, estadual e federal).

Partimos desta proposição para analisar como a quantidade e os tipos de cargos disponíveis para quem almeja uma posição política no Brasil altera o perfil da elite parlamentar. Em uma palavra, trata-se de investigar até que ponto a mudança na estrutura de oportunidades políticas (decorrente da introdução da eleição na escolha de governadores, prefeitos e senadores) modificou o caminho realizado pelos aspirantes a um mandato parlamentar.

Por certo, o período histórico mais oportuno para tal investigação é a inauguração do regime republicano: as novas condições para a obtenção de um mandato a partir da Primeira República nos levaram a estudar a carreira política dos senadores brasileiros eleitos entre a partir de 1890.

Portanto, argumentaremos que o arranjo institucional instituído na Primeira República, ao incrementar a atividade eleitoral no nível subnacional, diversificou e dinamizou a carreira política dos parlamentares da Câmara Alta. De forma mais específica, pretendemos mensurar empiricamente como a implantação de uma estrutura política federativa e um ambiente favorável à circulação política se refletem no tempo de carreira dos senadores e na disposição dos postos políticos que eles ocuparam antes de chegar ao senado.

Com a Proclamação da República passaram a ser eleitos os candidatos a prefeitos, governadores, senadores, presidente e vice-presidente da República. Os mandatos parlamentares tinham duração de três anos na Câmara, e nove no Senado (com renovação de um terço a cada três anos). Some-se a isso os postos de deputados e senadores estaduais – eles existiam em algumas unidades – e teremos um sistema que previa uma intensa atividade eleitoral nas bases.

No regime monárquico os senadores eram nomeados pelo imperador a partir de uma lista tríplice elaborada pelas províncias. Não existiam eleições regulares porque o cargo era vitalício: o Senador compunha um mecanismo privilegiado através do qual o imperador premiava ou cooptava aliados políticos regionais com um canal de acesso ao topo da estrutura política. Segundo Cerqueira Leite, “o cargo de senador representava o coroamento de uma carreira brilhante [...] Era preciso que o futuro senador já tivesse ultrapassado importantes degraus na arte da política, tivesse uma aprendizagem prática e escola só poderia ser, então, a ocupação de alguns cargos como Deputado, Presidente de Província, Ministro, Diplomata e Conselheiro de Estado”(Cerqueira Leite 1978:44). Por isso, o Senado se aproximava mais da União do que da província e seu elo estava sob o crivo da Coroa.

Essa característica do mandato senatorial era bastante coerente com uma estrutura política centralizada como a do regime imperial. De acordo com José Murilo de Carvalho, a burocracia imperial brasileira tinha a forma de uma pirâmide invertida, na qual o volume de cargos e salários estava fortemente concentrado no topo do sistema, em uma configuração oposta à estrutura norte-americana que mantinha forte concentração no nível local. Assim “a consequência dessa estrutura centralizada era o acúmulo de funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local.” (Carvalho 2003, p.152).³

Neste contexto percebemos que a implantação de uma estrutura federada de poder continha uma mudança essencial na forma de exercício do poder político. A descentralização da estrutura política forjada pelos constituintes de 1891 estipulou normas que alçavam o jogo político subnacional a outro patamar, no qual os estados funcionariam

³ Ainda que Carvalho se refira à estrutura burocrática do Estado imperial brasileiro, é legítimo estender essa noção também à estrutura política do Império. Simon Schwartzman faz essa mesma avaliação do período imperial a partir do livro de Francisco Iglésias: “O primeiro elemento que ressalta neste trabalho é o sistema hierárquico e centralizado de autoridade em nível nacional. Os presidentes de província eram nomeados pelo imperador e tinham sua lealdade e fidelidade totalmente orientadas para o governo central.” (Schwartzman 1988).

como os fiéis da balança na política nacional. Um dos principais fatores que unificaram os artífices do novo regime era exatamente o papel da política estadual: “era na questão da autonomia política que todas as províncias, sem exceção, se uniram em prol do projeto federalista, porque só neste aspecto poderia haver uma “equalização” dos benefícios a todas as unidades da federação. Autonomia política significava acabar com o controle que o Poder Central tinha sobre as eleições locais e, sobretudo, garantir a eletividade dos antigos presidentes de província, transformados em governadores de estado” (Abrucio 1998, p.33). Se até 1889 era possível politicamente que as carreiras dos senadores fossem pautadas por uma lógica exclusivamente nacional (tendo em vista que a condição de senador era uma prerrogativa do Poder Moderador), após essa data a carreira desses representantes teria, necessariamente, que passar pelas “contas” das elites que sobrepujavam nos estados da federação.

Portanto, é razoável esperar uma reconfiguração do perfil de indivíduo que chegava ao Senado Federal a partir de 1889. Os novos parâmetros inaugurados com a estrutura política republicana fazem dos senadores eleitos durante este período um objeto privilegiado para explorar como um novo ambiente institucional (federalizado e eletivo) altera o perfil dos eleitos. Em outras palavras, se o senador do Império era uma espécie de estadista, típico homem devotado às funções políticas, um indivíduo com passagem por Presidências Provinciais, Câmara dos Deputados, o Conselho de Estado ou Ministérios (Cerqueira-Leite, 1978:44), qual seria afinal a sua trajetória depois do colapso do Império? Por quais vias caminhava o político republicano até o Senado?

Formulamos a questão sob um viés empírico para justificar a forma como estudamos este segmento da elite política. A mensuração do percurso realizado pelos eleitos pode revelar pistas decisivas para se estudar a transição entre dois regimes, sobre a inauguração de novas condições para a competição política, e sobre as diferenças nos mecanismos de recrutamento da elite parlamentar pelas diversas unidades subnacionais. Como esperamos demonstrar ao longo do trabalho, a Primeira República pode ser a origem de tendências que já foram diagnosticadas na elite política brasileira ao longo do século XX.

O trabalho está organizado em seis seções (além desta introdução). Destacamos no próximo item como a ideia de circulação política está presente nos principais trabalhos sobre o recrutamento parlamentar brasileiro (item 1). Logo em seguida recuperamos o que

já se sabe sobre a elite política na Primeira República (item 2). A seguir apresentaremos o nosso desenho de pesquisa (item 3), e, depois, destacamos um item para a apresentação dos resultados de toda a elite senatorial (item 4) e uma seção para as análises desagregadas por estados (item 5). Por fim, na conclusão, resumiremos algumas perspectivas que podem ser utilizadas para interpretação o significado dos nossos achados empíricos.

1. A circulação política no Brasil em perspectiva histórica

O precursor sobre o tema da circulação das elites políticas no Brasil, José Murilo de Carvalho, diferencia dois sentidos desta noção: a circulação *para fora* e a circulação *para dentro*. A primeira, tipicamente paretiana, remete à renovação das elites e à entrada de novos indivíduos no interior dos grupos dirigentes. A segunda aponta para a possibilidade de intercâmbio do mesmo grupo entre diferentes cargos (Carvalho, 2003: 128). No seu trabalho sobre a política imperial, uma das evidências mais importantes para caracterizar o treinamento da elite política do período é a capacidade com que os agentes tradicionais da elite nacional se intercalavam entre diferentes cargos até a chegada ao Ministério ou ao Conselho de Estado – uma trajetória diferente, segundo Carvalho, da dos senadores, pois, segundo ele, o caráter vitalício do Senado conferiu aos seus titulares um padrão de menor circulação política *vis-à-vis* aos deputados e presidentes de província. De um modo geral, o Senado estava relativamente bloqueado da simbiose mantida entre os poderes legislativo e executivo. Nas suas palavras, os senadores “encravavam no Senado que se tornava para eles uma espécie de Sibéria” (Carvalho, 2003: 128).

O tema “circulação das elites” despertou o interesse de uma nova geração de pesquisadores que estudaram os padrões de recrutamento predominantes a partir da redemocratização, na década de 1990; Essa é uma agenda de pesquisa dos anos 2000, mas é a partir destes trabalhos que encontramos os principais achados sobre os padrões de carreira dos deputados que se elegeram a partir de 1946. Marengo dos Santos sugere que elevadas taxas de renovação parlamentar são um fenômeno endêmico entre os políticos brasileiros. Em suas palavras, a “estrutura de oportunidades para o ingresso e mobilidade na carreira política, ao incrementar os níveis de circulação parlamentar e recrutamento lateral, tem contribuído para inibir a produção de bancadas coesas no Legislativo federal.” (Marengo dos Santos 2000, p.21). David Samuels, por sua vez, afirma que a combinação de federalismo forte com representação proporcional resulta em parlamentares

desinteressados em continuar na Câmara dos Deputados. De acordo com seu argumento, a retenção de parlamentares é baixa porque há outras opções para preencher a ambição individual progressiva de poder sobre políticas públicas, especialmente no poder executivo no nível estadual (Samuels 2003).

Mais recentemente, Santos e Pegurier (2011) procuram rever o julgamento de que a descontinuidade das carreiras estivesse associada à ausência de experiência política substantiva. De acordo com essa nova avaliação, que se posiciona contra Marencos dos Santos, podemos perceber níveis mais elevados de experiência prévia se consideramos que “os novos membros eleitos para a câmara são políticos experientes no nível estadual e local” (Santos & Pegurier 2011, p.181. Tradução livre). Em relação a Samuels, contra argumentam que a baixa retenção exercida pela Câmara dos Deputados não é produto de uma instituição fraca, desprovida de capacidade decisória e de baixo interesse ao político profissional. Defendem que as rotas para fora do legislativo não significam ausência de fronteiras políticas nítidas, mas, ao contrário, que a sua demarcação ocorre na integração entre os poderes legislativo e executivo. Ademais, o cargo de deputado federal deve ser entendido como um trampolim importante para uma carreira diversificada e que tem passagens pelos postos executivos estaduais (Santos & Pegurier 2011).

Os três trabalhos mencionados acima estão muito preocupados com a mensuração da circulação política para dentro e para fora da Câmara dos Deputados de 1946 em diante. Entretanto, tal como observado a partir de Carvalho (2003) o assunto parece estar presente também durante os regimes anteriores a esse período. Desse modo, cabe sumarizar a ocorrência do fenômeno durante a República Velha.

3. O que sabemos sobre a elite política durante a Primeira República

Algumas publicações surgidas nos últimos dois anos parecem caracterizar um movimento de revisionismo sobre a política parlamentar na Primeira República. A contribuição mais importante a esse respeito tem sido realizada nas análises de Paolo Ricci e Jaqueline Zullini acerca do processo de depuração de diplomas pela comissão verificadora de poderes na câmara dos deputados (Ricci & Zullini 2014; Ricci & Zullini 2013; Ricci & Porto Zullini 2012). O sistema de representação de interesses neste período também foi abordado por Fernando Limongi e por Wanderley Guilherme dos Santos em dois artigos recentes (Santos 2013; Limongi 2012). A publicação mais recente que reúne

informações sobre o segmento da elite política que estamos estudando foi publicada por Pedro Neiva e Mauricio Izumi. Os autores fazem um estudo da evolução das profissões dos senadores brasileiros desde 1826, e esse trabalho também levanta uma série de importantes questões empíricas para o estudo da elite política (Neiva & Izumi 2014), muito embora os autores não tenham como foco a carreira política ou o processo de recrutamento político propriamente dito.

A maior parte do conhecimento disponível sobre a elite política brasileira na Primeira República deve-se aos estudos dedicados às unidades subnacionais. Desde meados dos anos 1970 foram realizados estudos sistemáticos sobre a elite política em alguns estados da federação na primeira experiência republicana. O principal projeto de pesquisa que figura nesta relação foi realizado por Joseph Love, John Wirth e Robert Levine, quando os três autores elaboraram um banco de dados sobre a elite política da República Velha em três estados: São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

De um modo geral, os resultados revelam que do ponto de vista do *background* social as elites dos três estados são extremamente homogêneas. Todas elas se revelaram refratárias a indivíduos egressos da classe trabalhadora, os três grupos manifestaram taxas de formação universitária muito superiores à taxa de alfabetização dos seus estados e nos três grupos os bacharéis em direito são a maioria (ultrapassando a faixa dos 70%).

Estas constantes, todavia, não ocorrem quando os autores analisam os padrões de carreira das três elites. O primeiro fator de diferenciação nas elites dos três estados aparece na análise diacrônica, que é, por definição, sensível às diferenças no perfil da elite política ao longo do tempo. O achado empírico revelou que, à medida em que mudaram as gerações, a elite paulista se revelou a mais *provincializada*, pois aumentou progressivamente o recrutamento dentro do próprio estado – a evidência são os percentuais de indivíduos que nasceram fora do estado: em São Paulo eles eram 22% na primeira geração, e esse valor cai pela metade na terceira. Comparando com outros estados, Love afirma que “somente 17% haviam tido empregos fora de São Paulo (quer em cargos administrativos ou políticos, quer no setor privado). Já entre os mineiros a proporção era de 22% e um surpreendente número de pernambucanos estava nesse caso (44%), o que se pode explicar pelo fato de haver menores oportunidades de trabalho naquele estado. Além do mais, menos de um terço dos paulistas serviram no congresso federal, enquanto que mais da metade dos mineiros e pernambucanos o fizeram.” (Love 1982, p.223)

Outra diferença entre a elites dos três estados que chama muito a atenção é o percentual de indivíduos que *possuíram somente um cargo* em todo o período coberto pela pesquisa: eles são 75% em Pernambuco contra 58% em Minas e 54% em São Paulo. A análise das carreiras revela diferenças importantes no que se refere à circulação entre cargos: os 25% de pernambucanos que tiveram mais de um cargo não apresentou um perfil bem delineado, ao passo que “dados semelhantes de Minas e de São Paulo indicam que, nos dois lugares, secretários de governo, se não passavam, em seguida, ao palácio como presidentes (governadores) iam para o serviço federal. Já em Pernambuco um cargo no secretariado estadual era como que um fim em si mesmo” (Levine 1980, p.173). O mercado de ocupações privadas menos desenvolvido em Pernambuco pode explicar a busca dos postos públicos como sinecuras, segundo Levine; ao mesmo tempo, ele nos ajuda a entender por que a elite deste estado era mais aberta aos jovens (17% ocupavam dos membros da elite pernambucana ocuparam as altas posições antes dos 30 anos, ao passo que em Minas e São Paulo esses valores eram de 5 e 4%, respectivamente).

Contudo, quando se refere apenas aos padrões daqueles que perfilarão uma carreira legislativa, o estudo revela que mineiros e pernambucanos eram mais inclinados aos mandatos legislativos na capital federal do que os paulistas. Cerca de 50% das duas elites exibiram experiência legislativa em nível federal, ao passo que entre os paulistas, somente 31,7% o fizeram – por outro lado, a experiência no legislativo estadual é mais saliente entre os paulistas (48,6%) do que entre os mineiros (47,4%) e do que os pernambucanos (30,9%). Os dados dos membros da comissão executiva do Partido Republicano Paulista (PRP) confirmam o imobilismo da elite paulista, pois, segundo Love, “dos 64 membros da chefia do PRP entre 1889 e 1936, 70% pertenciam à primeira geração, 28% à segunda e somente 2% (ou seja, uma única pessoa) à terceira” (Love 1982, p.228).

São Paulo possuía o sistema mais burocratizado, no qual a principal via de acesso era, segundo Love, a carreira no PRP. Não raro, ela supunha alguns anos de serviço em cidades do interior como condição para aceder aos postos mais elevados da hierarquia peerrepista. Wirth deixa bem nítida a divisão das funções dentro do universo mineiro, que permitira a renovação dos jovens bacharéis pelo segundo escalão na mesma medida em que aprofundou o vínculo dos supercoronéis com as pequenas cidades do interior – caracterizando o elevado insulamento dos mineiros. Como síntese, notamos que a via de acesso ao universo de elite em Pernambuco passava pela universidade e pelas conexões

com as famílias mais influentes da capital – os dois atributos acabavam sendo mais importantes do que o pertencimento à elite econômica, já que “numa sociedade predominantemente agrícola e orientada para a exportação, a imensa maioria dos líderes políticos provinha das profissões liberais, não dos grupos de interesse do Estado” (Levine 1980, p.172).

De modo geral, podemos afirmar com segurança que as evidências produzidas acerca do processo de recrutamento do segmento parlamentar da elite política brasileira têm um ponto cego que se estende desde 1890 até 1934 (ano da última eleição para o congresso nacional antes do golpe que suprimiu o regime representativo até 1945). Santos e Pegurier, por exemplo, chegam a afirmar que:

em termos que possam ser comparadas com outras modernas democracias, as carreiras políticas no Brasil existem somente desde 1946. Entre 1822 e 1930, durante o Império e a Primeira República, as carreiras foram extremamente constrangidas por limitações impostas tanto aos candidatos quanto aos eleitores (Santos e Pegurier, 2011, p.167, tradução livre dos autores).

Essa proposição pode ser abandonada quando reunimos informações sobre a elite senatorial em todos os estados. Tais informações podem nos ajudar preencher a lacuna que persiste entre o Império (que foi estudado por Carvalho e Cerqueira Leite) e o período iniciado com a Constituinte de 1946 (e que foi objeto dos trabalhos apresentados anteriormente). Os trabalhos dos regionalistas sugerem haver traços da circulação política durante a Primeira República. Resta saber portanto como se comportam estas tendências ao tomarmos como objeto empírico a população formada pelos senadores eleitos no plano nacional.

4. Objeto, materiais e métodos

As informações que levantamos dizem respeito ao total de 358 indivíduos que foram os titulares de 851 mandatos exercidos entre a 21ª legislatura (1890-1891) até a 37ª (1934-1937). A rigor este contingente inclui os titulares do mandato na segunda república (1934-1937), mas por se tratar de apenas uma legislatura, que nem seria concluída devida ao encerramento do regime representativo no país, em 1937, decidimos manter os 44 titulares de 1934 na base. Cada entrada no banco de dado se refere a um mandato. O motivo deste expediente é que em uma pesquisa sobre a carreira política, é preciso registrar como a reeleição altera os parâmetros do mesmo indivíduo.

Foram combinadas três fontes para a coleta de dados. A primeira delas são as fichas biográficas produzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal, órgão responsável pela manutenção, atualização e processamento de bancos de dados do Senado – PRODASEN. Cada indivíduo que tenha passado pelo Senado contém uma ficha biográfica, que traz informações a identificação individual, cônjuges, profissões, filiação, mas sobretudo, os cargos públicos e os mandatos eletivos.

Por se tratar de uma ficha resumida, não é raro faltar informações muito relevantes, como as datas dos cargos. Por isso a segunda fonte mobilizada foram os verbetes do Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, elaborados pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Até meados de 2013 eram biografados apenas os políticos posteriores a 1930, mas no último semestre o CPDOC tornou pública uma relação com os verbetes dos políticos da Primeira República. A terceira fonte mobilizada na coleta nos auxiliou a determinar com precisão quem eram os titulares dos mandatos. Tabulamos as entradas presentes no site do Senado Federal das legislaturas mais antigas (<http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisAnt.shtm>) utilizando as datas de entrada na legislatura como critério para designar se o indivíduo era titular no ano em que se iniciava a legislatura.

O banco de dados privilegia as informações sobre carreira política, que registra todos os cargos públicos (eletivos e não eletivos), o ano de entrada e o ano de saída. A coleta dispõe os cargos em ordem cronológica, e cada linha do banco se encerra no mandato de senador. Os principais indicadores manuseados neste trabalho se referem aos cargos percorridos até o Senado e o tempo de carreira, que é obtido com a subtração entre o ano que o senador foi eleito (na Primeira República a posse acontecia no dia 03 de maio do em que iniciava a legislatura) e o ano em que foi registrado o seu primeiro cargo na vida pública.

Como a variável tempo exerce papel importante na adaptação dos agentes aos constrangimentos institucionais, esses indicadores serão testados sempre de acordo com cinco décadas que representam a evolução temporal do regime. Essa opção permite dirimir a excessiva fragmentação produzida pelo uso do critério de eleições (que se sucedem de três em três anos) e geraria quantidades muito baixas de senadores, dificultando a obtenção de testes estatisticamente mais robustos. Além disso, as décadas expressam etapas mais longas que servem como um termômetro para as mudanças gerais e evita o peso excessivo

que poucos casos podem exercer sobre o comportamento das variáveis. Os dados foram processados no *software* SPSS.

5. A carreira política dos senadores brasileiros durante a República Velha

Uma das primeiras informações referentes à carreira política se referem ao tempo despendido até a chegada num determinado cargo e a quantidade de cargos percorridos nesse intervalo. Para isso, as Tabelas 1 e 2 sinalizam que a República teve uma primeira geração de senadores com experiência política reduzida: tinham média inferior a 15 anos de trajetória prévia e menos de 5 cargos públicos até o Senado. Com o passar do tempo e a consolidação do regime, esses indicadores crescem significativamente. A quantidade de cargos quase dobra na tabela 2, chegando a uma média de 8,5 cargos em 1920. A elite parlamentar anterior à Revolução de 30 atinge uma média de cerca 30 anos de experiência política anterior ao cargo (exatos 27,08 anos), dobrando o tempo carreira pública em cargos públicos em relação a geração anterior a 1900 (quando a média era de 13,06 anos até o Senado).

Tabela 1				
Tempo médio de carreira prévia ao Senado, Brasil (1890-1934)				
década	Mean	Median	Std. Deviation	N
1890	8,68	3,00	11,072	216
1900	14,27	12,00	10,718	200
1910	18,95	20,00	10,904	117
1920	19,76	21,00	13,254	118
1930	13,40	12,00	11,144	30
Total	14,21	13,00	12,131	681

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).

Tabela 2				
Tabela 2 – Total de cargos prévios ao Senado, Brasil (1890-1934)				
década	Mean	Median	Std. Deviation	N
1890	4,67	4	3,15	274
1900	6,9	7	3,084	262
1910	7,82	7	3,755	133
1920	8,47	8	3,93	138
1930	5,59	5	3,308	44
Total	6,51	6	3,663	851

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).

São as primeiras evidências de que, desde o fim do período Imperial, as mudanças na carreira senatorial estão alicerçadas de modo nítido na passagem do tempo. O crescimento dos valores médios de tempo de carreira e número de cargos observado a cada década até 1920 (que levam em conta aqueles eleitos até 1927) sugere que a estrutura política foi moldando aos poucos o perfil de carreira dos senadores. Sintomático do forte protagonismo exercido pelas elites muito experientes durante a década de 1910 é a baixa renovação: não havia políticos no senado com menos de 9 anos de experiência política prévia. Na década de 1920, a heterogeneidade (medida pelo desvio padrão) do tempo de carreira mostra que políticos com carreiras menos extensas chegaram ao Senado, mas ainda convivendo com outros cuja trajetória prévia se situava em torno das mais longevas do período como um todo.

Tomando a década de 1890 como aquela mais semelhante aos parlamentares imperiais, percebemos que os padrões se alteram significativamente a partir da década de 1900. Assim, é correta a afirmação de que os senadores eleitos durante a década inicial da República fossem remanescentes do período imperial: o período de ingresso na atividade política destes se dá majoritariamente nos anos 70 do século XIX. Uma mínima parcela destes eleitos entre 1890 e 1899 debutou com o período republicano estabelecido. Por essa razão, tomamos a década de 1890 como uma elite de transição, cujas características ilustram mais o regime imperial do que o período republicano em nascimento. Portanto, a mudança do perfil da elite política foi correspondente à consolidação da estrutura criada em 1891, o que pode ser percebido de modo reforçado a partir dos anos 1900.

Esses dados sobre extensão e quantidade curricular, embora sugestivos, ainda deixam uma percepção muito genérica da carreira dos senadores.

A trajetória do Senador posterior à Proclamação diferirá muito daquela descrita por Beatriz Cerqueira-Leite na introdução desse trabalho. Na verdade, seu retrato indica aquilo que mostramos para a geração da década de 1890: cerca de quatro cargos percorridos, aproximadamente 10 anos de carreira política. A partir dos anos 1900 e daí para a frente, a carreira do Senador se fragmentará numa porção de cargos possíveis, a ponto de cada carreira poder ser única, especialmente se consideramos as especificidades das rotas e a ordem dos cargos para cada caso. Para evitar uma tal fragmentação das evidências e perder a dimensão do conjunto, as carreiras foram categorizadas em quatro tipos bem distintos entre si:

- a) carreiras curtas e homogêneas: até cinco anos de experiência e com cargos públicos em apenas uma esfera de governo⁴;
- b) carreiras curtas e heterogêneas: até cinco anos de experiência e cargos públicos em mais de uma esfera de governo;
- c) carreiras longas e homogêneas: mais de cinco anos de experiência e com cargos públicos em apenas uma esfera de governo;
- d) carreiras longas e heterogêneas: mais de cinco anos de experiência e com cargos públicos em mais de uma esfera de governo.

Essas quatro categorias foram observadas sob o ângulo da sua distribuição entre as décadas. A associação entre a variável ‘década’ e a variável ‘tipo de carreira’ apresentou um qui-quadrado de 193,493 (sig=0,000). Esta significativa associação pode ser refinada se identificarmos onde há maior incidência de cada uma das quatro categorias no interior do período, por meio da análise dos resíduos padronizados⁵. A tabela 3 sintetiza essas informações, destacando em cor cinza os valores mais significativos.

⁴ Os cargos poderiam ser eletivos ou não eletivos, no nível municipal, estadual ou federal. A relação de cargos não eletivos possíveis é a seguinte: cargo não eletivo de nível municipal (secretários municipais, diretores de hospitais, etc), cargo não eletivo de nível estadual (posições de 1º escalão: secretários estaduais), cargo não eletivo de nível estadual (posições de 2º escalão: presidente de bancos, institutos, chefes de polícia), cargo não eletivo de nível federal (1º escalão: ministros) e cargo não eletivo de nível federal (2º escalão – secretário, conselheiro, etc). A relação de cargos eletivos também separa as carreiras pelos três níveis: vereador, prefeito, deputado estadual, governador (e vice), deputado federal, senador, presidente (e vice).

⁵ Segundo à qual valores superiores 1,96 (positivo) indicam tendência a concentração de casos naquela casela, e, inversamente, valores negativos acima de 1,96 indicam a baixa ocorrência de casos na casela.

Tabela 3- Tipos de trajetória política por décadas de eleição para o Senado (1890-1930)						
década		tipos de trajetória				Total de mandatos
		curtas e homogêneas	curtas e heterogêneas	longas e homogêneas	longas e heterogêneas	
1890	N	154	49	61	10	274
	%	56,20%	17,90%	22,30%	3,60%	100,00%
	RP	8,1	0,6	-5,3	-3,6	
1900	N	48	40	140	34	262
	%	18,30%	15,30%	53,40%	13,00%	100,00%
	RP	-3,3	-0,4	2,4	1,1	
1910	N	22	17	63	31	133
	%	16,50%	12,80%	47,40%	23,30%	100,00%
	RP	-2,8	-1	0,7	4,4	
1920	N	16	19	88	15	138
	%	11,60%	13,80%	63,80%	10,90%	100,00%
	RP	-3,9	-0,7	3,6	0,1	
1930	N	11	14	18	1	44
	%	25,00%	31,80%	40,90%	2,30%	100,00%
	RP	-0,5	2,5	-0,3	-1,7	
total	N	251	139	370	91	851
	%	29,50%	16,30%	43,50%	10,70%	100,00%
Pearson Chi-Square 193,493 (sig=0,000)						
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).						

A tabela 3 revela um perfil muito bem delineado entre os senadores eleitos durante a década de 1890 (tomada como uma *proxy* dos remanescentes do Império). Aqueles que tiveram cargos em apenas uma esfera de governo e com menos de cinco anos de experiência prévia (carreiras curtas e homogêneas portanto) estiveram em ampla vantagem (+8,1) sobre aqueles que tinham carreiras longevas. Esse aspecto é confirmado pelos resíduos negativos no grupo com as carreiras longas, fossem elas homogêneas (-5,3) ou heterogêneas (-3,6). Com o passar das décadas, já em 1900 e nas seguintes, esses padrões se invertem completamente. Senadores com carreiras longas e diversificadas (longas e heterogêneas) passam a predominar (+4,4 para a década de 1910), ainda que não exclusivamente. Os senadores com carreiras longas e experiência em cargo exclusivamente municipais, estaduais ou federais também emergem com boa expressão (+3,6 na década de 1920). Finalmente, as carreiras que dominaram o momento imediatamente posterior à 1ª

República perdem sua incidência e os senadores com carreiras curtas e homogêneas estão com resíduo negativos de 3,9 na década de 1920.

Cerca de 20 anos foram suficientes para alterar o padrão de *expertise* política da elite senatorial. Esses dados apontam para a elevação da circulação política intercargos e para a aquisição de uma trajetória mais extensa no interior do Estado brasileiro. Mas não permitem esclarecer em quais níveis de governo essa experiência estava se desenvolvendo. Quando se passa a desmembrar as carreiras por cargos específicos e níveis específicos, há praticamente uma combinação própria de cada indivíduo que alterna posições municipais, estaduais ou federais. Como parâmetro do caráter praticamente único das sequências de cargos das carreiras individuais, isolamos os Senadores com mais de seis cargos na carreira (N=212), e somente 23 deles tiveram combinações idênticas. Por exemplo, foram secretários estaduais, deputados estaduais, governadores, deputados federais, ministros e senadores nesta sequência. 189 carreiras tinham diferenças entre si de um ou – mais frequentemente - de vários cargos na sequência da trajetória. Essa *ausência de padronização é uma evidência* de como a oferta de cargos franqueava à elite política uma grande quantidade de postos políticos para desenvolver a carreira política. Como eram poucos indivíduos (a população é de 358 homens), podemos imaginar que eles circulavam pelos mesmos cargos.

Para medir os níveis de governo pelos quais essas carreiras passaram, a Tabela 4 agrega os itinerários de acordo com a passagem por um, dois ou três níveis de governo e a relaciona com o conjunto das cinco décadas consideradas⁶.

⁶ Primando pela mensuração da carreira como um todo, o cargo de senador foi incluído. Assim agregada, a variável não conteria uma categoria sem atuação no nível federal, de modo que as categorias se referem às demais combinações possíveis, todas contendo a passagem no âmbito federal.

Tabela 4 – Níveis de experiência política dos senadores por décadas de eleição (1890-1930)						
década		esferas de experiência política				Total de mandatos
		experiência somente na esfera federal	experiência federal e estadual	experiência federal e municipal	experiência federal, estadual e municipal	
1890	N	80	160	10	24	274
	%	29,20%	58,40%	3,60%	8,80%	100,00%
	RP	3,7	0,2	-0,9	-3,7	
1900	N	36	163	11	52	262
	%	13,70%	62,20%	4,20%	19,80%	100,00%
	RP	-2	1	-0,5	0,6	
1910	N	23	80	9	21	133
	%	17,30%	60,20%	6,80%	15,80%	100,00%
	RP	-0,5	0,4	1	-0,7	
1920	N	18	65	7	48	138
	%	13,00%	47,10%	5,10%	34,80%	100,00%
	RP	-1,7	-1,6	0,1	4,6	
1930	N	7	23	4	10	44
	%	15,90%	52,30%	9,10%	22,70%	100,00%
	RP	-0,5	-0,5	1,3	0,7	
	N	164	491	41	155	851
	%	19,30%	57,70%	4,80%	18,20%	100,00%
Pearson Chi-Square 64,742 (sig=0,000)						
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).						

Antes de mais nada, ao olhar os percentuais da coluna dos que tiveram experiência estadual e federal, percebe-se que a circulação entre os níveis de governo não se inicia como República Velha, mas se intensificam. Nesse sentido, parece que a descrição de José Murilo de Carvalho sobre o Império a respeito da passagem por cargos no nível estadual anteriormente à entrada no Senado é bastante consistente. Não obstante, a Primeira República contribuiu para reforçar a experiência federativa de modo deliberado. Os resíduos padronizados indicam que há associação positiva (+3,7) entre a experiência exclusivamente federal e pertencer à década de 1890, ao passo que essa associação é negativa para aqueles munidos com experiência nos três níveis de governo (-3,7). Já na década seguinte a relação se inverte para os senadores com carreiras puramente iniciadas pelo topo do sistema (-2,0). Percebe-se que os contornos das carreiras mudam sensivelmente dos anos 1900 em diante: os senadores com passagem pelos níveis inferiores de governo crescem, a ponto daquelas com passagem pelos três níveis obterem associação

positiva com a década de 1920 (+4,6). Trata-se de uma informação suficiente para comprovar que, além de mais longas no tempo, mais diversificadas em quantidade de postos, as trajetórias percorridas passam a contar com os níveis estadual e municipal durante a República Velha. Além da queda muito clara dos senadores com carreiras exclusivamente federais para as cinco décadas, a passagem pelo nível municipal emerge como uma característica fundamental a partir de então.

6. Os contrastes entre os principais estados

Logo de saída acreditamos ser necessário explicar por que destacar um item para a análise desagregada por estados. Já declaramos que a análise proposta é sobre a circulação do estrato senatorial da elite parlamentar na Primeira República. Ainda assim, convém explorar uma das questões recorrentes na investigação sobre a expansão da mobilização eleitoral e o seu impacto sobre os contornos dos representantes diz respeito à sua difusão territorial. Trata-se de reconhecer que a mobilização para conquistar votos é desigual nas diferentes regiões de um país. Por consequência, é preciso analisar em separado os efeitos que diferentes níveis de organização política local produzem sobre os padrões de carreira dos representantes eleitos em cada região.

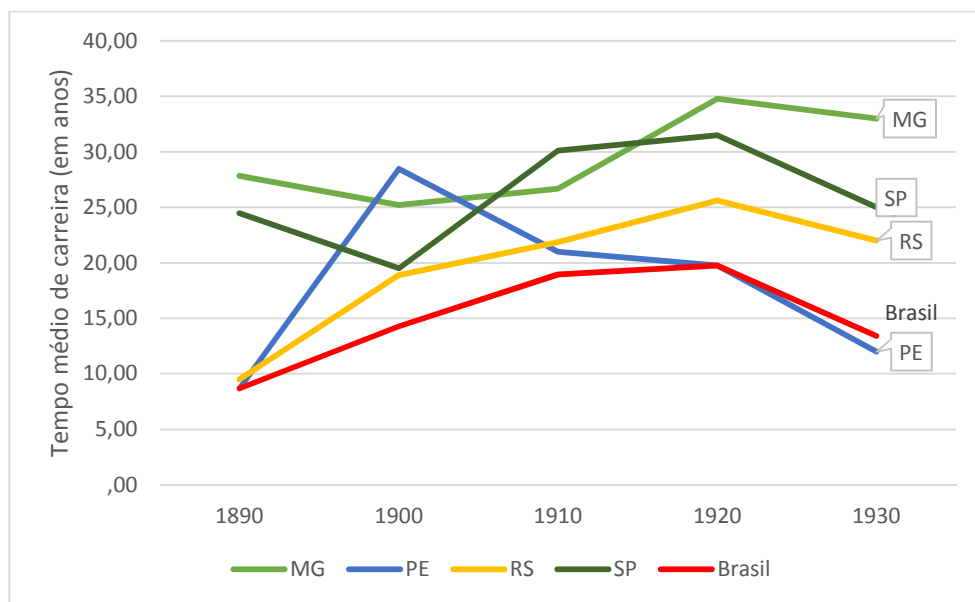
Desse modo, aventamos neste subitem a possibilidade de que as mudanças na moldura institucional que definem o acesso aos cargos não produzem efeitos idênticos sobre as elites de diferentes regiões. Essa perspectiva faz eco aos resultados obtidos nas pesquisas sobre a profissionalização da classe política no norte da Europa: “earlier studies of political recruitment in Norway have indicated that the professionalization process developed unevenly across geographical and political regions.” (Eliassen, 1974, *apud* Eliassen and Pedersen, 1978:316).

Esta possibilidade também é informada pelas diferenças nos padrões de carreira que os estudos dos regionalistas (examinados no item 2 deste trabalho), ainda que, naquele caso, o achado não se reporte ao segmento senatorial da elite parlamentar. Assim, vejamos se a recomendação de Eliassen e Pedersen é apropriada ao Brasil, tendo em conta os contrastes sócio-políticos entre as regiões que podem surtir efeito sobre os padrões de carreira política dos seus representantes.

Trata-se de um desdobramento da problemática geral do texto: além do tempo, o espaço pode ser variável interveniente na difusão dos padrões de carreira decorrentes do

novo arranjo institucional. O ponto de partida, a rapidez e as vias de cristalização das regras sobre as escolhas de carreira dos agentes podem não ser os mesmos em diferentes estados. Para testar a possível diversidade regional de incorporação do novo arranjo institucional por parte das elites estaduais, o Gráfico 1 isola o tempo de carreira de senadores eleitos por quatro estados e verifica a variação das suas médias entre as décadas do período. Para não diluir as diferenças estaduais em regiões, por um lado, e para não inserir uma quantidade excessiva de casos a ponto de comprometer a interpretação, por outro, os estados selecionados se referem aos casos clássicos estudados pelos regionalistas que investigaram elites políticas no Brasil: Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. As diferenças identificadas pelos brasilianistas podem auxiliar na interpretação desses contrastes.

Gráfico 1 – Tempo de carreira dos senadores eleitos em MG, SP, RS e PE



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).

Como se percebe, embora haja uma tendência geral de crescimento do tempo de carreira prévia dos parlamentares de três dos quatro estados selecionados (MG, PE, RS e SP), um destes destoou claramente: Pernambuco não acompanha nem a tendência dos dados agregados nem a tendência das demais unidades federativas. Além do mais, o ponto de partida das médias é bastante distinto: o Rio Grande do Sul e Pernambuco tinham elites

nítidamente menos longevas no início do período. Minas Gerais apresentou uma elite que já nos primórdios da República tinha tempo de carreira elevado, que acabou sendo reforçado pelo novo contexto de competição e extensão do treinamento político. Rio Grande do Sul é o Estado que experimenta comportamento mais simétrico em relação ao padrão nacional. No atacado, entretanto, a tendência é de um crescimento das médias estaduais e uma tendência à homogeneização dos padrões de experiência prévia dos estados tidos como protagonistas da política nacional do período, ainda que com pontos de partidas específicas e *timings* contrastantes.

Além do tempo de carreira prévia, é possível examinar os padrões de circulação nos níveis inferiores da federação entre os mesmos estados escolhidos anteriormente, tal como exposto no Gráfico 2. A informação representada pelas linhas se refere ao percentual dos senadores que não tiveram carreira exclusivamente federal, isto é, aqueles que atuaram em duas esferas (federal/municipal ou federal/estadual) ou três níveis (federal, estadual e municipal) de governo.

Gráfico 2 – Curvas dos percentuais de senadores com circulação nos três níveis por UF e década



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).

De uma forma geral, o polo regional passa a ser um elemento constitutivo das carreiras a partir dos anos 1900 para os quatro estados. São mudanças produzidas pela nova estrutura institucional e pelo incremento da competição política nos níveis inferiores das disputas eleitorais. Entretanto, percebe-se que a circulação obedece a uma lógica estadual, antes de mais nada.

Ao longo das décadas, há uma tendência (não confirmada por Pernambuco) de crescimento da circulação entre dois ou três níveis que é própria em cada estado. Minas, por um lado, tem uma elite que exhibe penetração em dois ou três níveis desde 1900. São Paulo e Rio Grande do Sul, por outro lado, tem uma elite que passa a circular cada vez mais na medida em que as décadas se sucedem. Os três estados (MG, SP e RS) tem 100% de seus senadores com a circulação política federalizada em 1930. A verticalização federativa das carreiras, que não ocorria de modo pleno no Império, passa a ser a marca dos senadores do primeiro experimento republicano e parece exercerá uma espécie de força inercial na elite parlamentar do século XX, pois é levada como uma característica específica dessa elite ainda hoje (Borchert 2009) (Santos 2010).

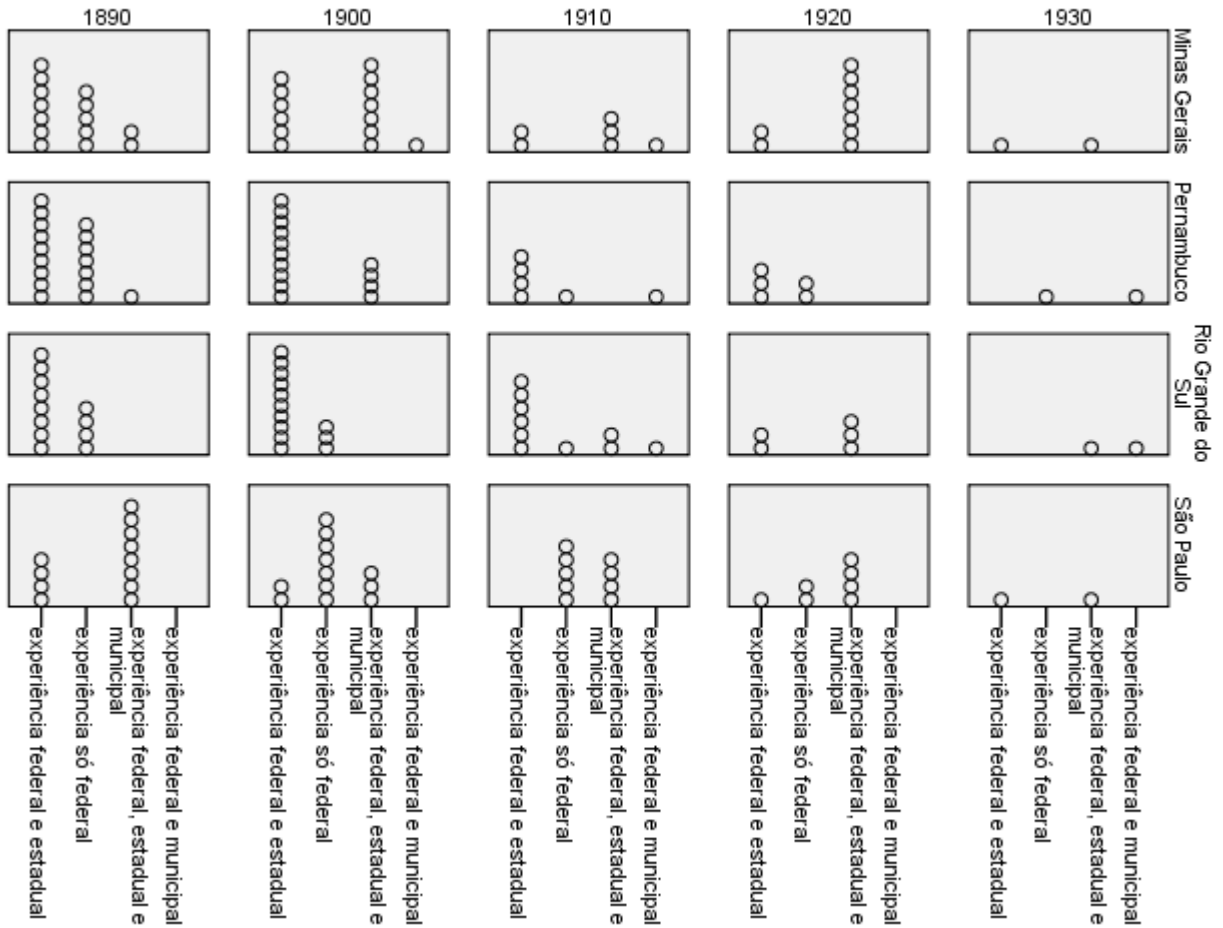
Faz sentido imaginar que os senadores eleitos pelos três estados reflitam, em alguma medida, as características da elite política da qual faziam parte. Basta para isso ter em mente que na distribuição dos distritos que elegiam os deputados federais Minas contava com 12 distritos, que elegiam 37 deputados – em São Paulo eram 7 distritos que elegiam 22 deputados, e em Pernambuco 5 distritos designavam 17 representantes. Segundo Wirth, Minas “por ser um mosaico de regiões diferentes estava organizado como um minissistema federal [...] de um modo geral, viam a federação como uma extensão de sua região” (Wirth 1982:231). O declínio na curva dos senadores paulistas pode estar refletindo o caráter provinciano que assume a elite política do Estado, devido, entre outros fatores, ao controle que a poderosa máquina do partido republicano paulista exerce sobre a carreira dos aspirantes a um posto público. O declínio na circulação dos senadores pernambucanos pode ser uma função do isolacionismo que afeta a elite política do Estado, já que “Pernambuco se portou como uma região política centrada em si mesma, a despeito da sua qualidade de líder natural do Nordeste. Na verdade, o malogro de Pernambuco em fazer com que o Nordeste como bloco no Congresso é um tema dos mais importantes na história do Estado”(Levine 1980:22).

As quatro curvas exibidas no Gráfico 2 resultam dos percentuais observados em cada estado e ainda que se apontem para posições um tanto quanto idiossincráticas, há que se destacar os limites desta informação. Como cada estado tinha apenas três representantes no senado, os contingentes inviabilizam generalizações acerca da representação política estadual⁷ – um obstáculo que certamente poderia ser superado com uma base formada pelos deputados federais.

A comparação mais rentável segue sendo acerca da composição da carreira dos senadores nos estados. Isso aparece na uma última representação gráfica (Gráfico 3) que dispõe os níveis dos cargos ocupados pelos senadores de cada estado em uma perspectiva temporal (por décadas). Para isso, usamos um gráfico de dispersão nominal. Desse modo, a imagem abaixo permite entender melhor a relação entre passagem por certos níveis da federação, as décadas e ainda os estados considerados pelos regionalistas.

⁷ Dos 851 titulares em todo o período (1890-1934) temos 48 mineiros, 44 pernambucanos, 42 gaúchos e 42 paulistas.

Gráfico 3 - Níveis de experiência política por décadas nos principais estados da federação, Senadores brasileiros (1890-1930)



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil (Nusp/UFPR).

No geral, pode-se tirar duas conclusões desse dado: em primeiro, que na fase de transição entre regimes, a elite política dos principais estados frequentou a política no nível estadual e federal. Isto significa que, para esses estados mais importantes, as carreiras dificilmente eram exclusivamente nacionais durante o ocaso do Império e o advento da República. Em segundo lugar, que o incremento da circulação com o avançar dos anos não está tanto na passagem pelo nível estadual, mas sim pelo municipal.

Percebe-se que São Paulo apresenta padrão desviante dos outros três na década de 1890. Enquanto Minas, Pernambuco e Rio Grande do Sul concentram casos na categoria “experiência federal e estadual”, São Paulo já mantinha forte concentração de senadores com experiência nos três níveis. Nos anos 1900, a bancada paulista sofre uma mudança

forte com muitos indivíduos com carreira puramente nacional e, partir dos anos 1910, se assemelha mais ao padrão nacional.

Assim, a bancada paulista na Câmara Alta conta com circulação nos três níveis desde a geração dos egressos do Império. Com o passar das décadas, a concentração na categoria “experiência estadual e federal” vai perdendo centralidade para ceder lugar aqueles com experiência nos três níveis. Nos anos 1920, Minas Gerais é o estado com maior federalização nos três níveis de governo. Além disso, durante essa década, no interior das bancadas mineira e gaúcha a ocorrência de carreiras exclusivamente federais é praticamente inexistente. Pernambuco novamente se apresenta como um caso atípico, pois com exceção da década de 1910 sua bancada raramente frequenta o nível municipal como nas demais subunidades.

Síntese das principais conclusões

Este trabalho possui três achados empíricos fundamentais, das quais podemos tirar duas conclusões.

Em primeiro lugar, à medida em que as décadas avançam, os titulares para os mandatos de senadores possuem carreiras políticas mais extensas. Esse achado pode ser observado sob pelo menos duas chaves interpretativas: em primeiro lugar, podemos inferir que indivíduos que consagram mais tempo de suas vidas à atividade política são políticos profissionais, na definição canônica de Max Weber (2011). Em segundo lugar, essa informação pode ser interpretada como indício de que as bancadas são mais institucionalizadas à medida em que o tempo varia, e, aqui, a referência é o uso que o próprio David Fleisher (1971, p.74) faz desse indicador sobre a bancada da câmara dos deputados mineiros.

Uma consequência lógica do primeiro achado que pudemos mensurar empiricamente é que as carreiras não apenas ficam mais longas, mas elas também ficam mais diversificadas, na medida em que os indivíduos que chegam ao Senado cada vez mais possuíam mais cargos nas três esferas de governo. Segundo o nosso objetivo, esta característica da carreira é um indicador de circulação política, isto é, o perfil da carreira senatorial na Primeira República sugere que a chegada à posição de elite exige que os indivíduos elaborem uma estratégia de progressão de cargos conjugando as aspirações possíveis na esfera nacional com as oportunidades oferecidas pela política estadual/local.

A diversificação das posições políticas ocupadas antes do mandato senatorial também pode ser lida como uma complexificação das oportunidades possíveis ao aspirante, e sobre esse aspecto o melhor indicador que dispomos é, precisamente, a diversidade de movimentos no nível individual: isolando a carreira dos senadores que detiveram pelo menos seis cargos antes da posse, percebemos que somente em 23 situações o titular se projeta da esfera municipal, estadual ou federal diretamente para o senado. Isso significa que 89,15% deles circularam muito por posições intermediárias nas três esferas até chegar ao Senado Federal. Sob a chave da complexificação da estrutura de oportunidades políticas é possível integrar a perspectiva da institucionalização de Santos e Pegurier (para quem a baixa retenção em uma câmara não é igual a institucionalização precária), com um dos critérios mobilizados por Nelson Polsby para examinar a institucionalização da câmara dos deputados nos Estados Unidos. A ideia é que a institucionalização de uma organização supõe a definição de fronteiras com o seu ambiente, o que, por sua vez, exige duas condições encontradas em nossos resultados, quais sejam, o aumento no tempo de carreira e a elevação da circulação dos indivíduos que exercem o mandato senatorial. Isso vai de encontro ao movimento de afunilamento de que fala Polsby, já que quando “uma organização institucionaliza-se, ela estabiliza o seu conjunto de membros, a entrada torna-se mais difícil e a rotação de seus membros menos frequente. Sua liderança profissionaliza-se e perdura. O recrutamento de liderança tem mais chance de ocorrer a partir de dentro e o período de aprendizado alonga-se. Assim, a organização estabelece-se e "endurece" seus limites exteriores” (Polsby 2008, p.223).

Todavia, o segundo achado que nosso estudo revelou é a inexistência de um sentido unívoco para a circulação da elite senatorial. Esse achado nos permite retomar a divergência entre Santos e Pegurier e Marengo dos Santos. Podemos satisfazer a posição dos primeiros, quando destacam a importância da experiência política nos níveis subnacionais; mas também, esse achado pode coincidir com o segundo, quando ele nota que “um sistema federativo oferece maior diversidade de rotas para a carreira política, com a disponibilidade de postos públicos em múltiplos níveis institucionais.” (Marengo dos Santos 2000, p.234).

O terceiro e último achado empírico que deve ser frisado é que as duas características detectadas na elite senatorial (carreiras mais longevas e carreiras mais diversificadas) não se distribuem de maneira uniforme entre as unidades subnacionais. Em

que pese as restrições frisadas a esse respeito no item seis, nossos dados sugerem que a estrutura de posições políticas afeta de modo diferente os perfis dos senadores recrutados em diferentes estados; tal diferença pode ser creditada às variações nas estratégias dos “jogadores”, pois sendo fixa a relação nominal de cargos categorizados (eles estão relacionados na nota nº 02), é necessário reconhecer que os cálculos dos agentes são determinados em alguma medida pelas lógicas estaduais. Nesse caso, a retomada das pistas dos regionalistas clássicos pode contribuir para entender melhor como instituições novas se adaptam de modo desigual aos diferentes contornos socioeconômicos locais.

Os três achados (e as diferenças de interpretações sobre eles) nos permitem enunciar duas conclusões: em primeiro lugar, parece que a estrutura de oportunidades políticas está efetivamente associada aos padrões de recrutamento parlamentar, o que reforça a versatilidade dos resultados obtidos em estudos sobre o perfil da elite política. Mas sobretudo, esses achados acenam com a importância dos estudos empíricos sobre a elite *na Primeira República*. Parece-nos que seja por ter inaugurado o regime republicano, seja por ter persistido por quase quatro décadas, por uma ou por outra a carreira dos parlamentares pode conter algumas pistas para desvendar a origem (ou a fonte) dos padrões de recrutamento que estão sendo diagnosticados no pós-1946.

Referências

- Abrucio, F., 1998. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*, São Paulo: Hucitec/DCP-USP.
- Borchert, J., 2009. *Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States*, Toronto.
- Carvalho, J.M. de, 2003. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cerqueira Leite, B.W. de, 1978. *O senado nos anos finais do Império (1870-1889)*, Brasília: Senado Federal.
- Fleischer, D., 1971. *O recrutamento político em Minas Gerais, 1890-1918*, RBEP-UFMG.
- Kjell A Eliassen. Mogens N. Pedersen, 1978. Professionalization of Legislatures: Long-Term Change in Political Recruitment in Denmark and Norway. *Comparative Studies in Society and History*, 20(2), pp.286–318.

- Levine, R.M., 1980. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Limongi, F., 2012. Eleições e democracia no Brasil: Victor Nunes Leal e a transição de 1945. *Dados*, 55(1), pp.37–69.
- Marengo dos Santos, A., 2000. *Não se fazem mais oligarquias como antigamente: recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros (1946-1998)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Neiva, P. & Izumi, M., 2014. Perfil profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29(84), pp.165–188.
- Polsby, N.W., 2008. A institucionalização da câmara dos deputados dos Estados Unidos. *Revista de Sociologia e Política*, 16(30), pp.221–251.
- Ricci, P. & Porto Zulini, J., 2012. “Beheading”, Rule Manipulation and Fraud: The Approval of Election Results in Brazil, 1894–1930. *Journal of Latin American Studies*, 44(03), pp.495–521.
- Ricci, P. & Zulini, J.P., 2014. As eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil republicano. In *IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. pp. 1–26.
- Ricci, P. & Zulini, J.P., 2013. Quem ganhou as eleições?: a validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), pp.91–105.
- Samuels, D., 2003. *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*, New York: Cambridge University Press.
- Santos, F., 2010. Câmara dos Deputados e a estrutura de oportunidades políticas no Brasil: alguns apontamentos acerca das eleições de 2010. *Cadernos Aslegis*, (40), pp.109–126.
- Santos, F.G.M. & Pegurier, F.J.H., 2011. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. *Regional & Federal Studies*, 21(2), pp.165–183.
- Santos, W.G. dos, 2013. O sistema oligárquico representativo da Primeira República. *Dados*, 56(1), pp.9–37.
- Schwartzman, S., 1988. Bases do autoritarismo brasileiro. In São Paulo: Campus.
- Weber, M., 2011. *Ciência e Política: duas vocações* 18th ed., São Paulo: Cultrix.
- Wirth, J.D., 1982. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.